

**A POLÍTICA PÚBLICA PARA O ESPORTE EDUCACIONAL NO BRASIL
(2003-2016): ENTRE A SETORIALIDADE E A INTERSETORIALIDADE**

Recebido em: 05/12/2017

Aceito em: 17/09/2018

*Palmira Sevegnani*¹

Universidade Federal do Paraná (Setor Litoral)
Matinhos – PR – Brasil

*Marcelo Moraes e Silva*²

*Kátiuscia Melo Figuerôa*³

*Fernando Marinho Mezzadri*⁴

Universidade Federal do Paraná
Curitiba – PR – Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo mostrar como se formulou a política pública para o esporte educacional brasileiro no âmbito do governo federal entre os anos de 2003 e 2016. Para atingir tal propósito, foram analisados documentos oficiais referentes ao tema e, especialmente, ao Programa Segundo Tempo. A título de conclusão, o texto aponta que as principais ações relativas às políticas públicas para o esporte educacional brasileiro realizada no período passaram a incorporar princípios da intersectorialidade como modelo de gestão.

PALAVRAS CHAVE: Política Pública. Esportes. Colaboração Intersetorial.

**THE PUBLIC POLICY FOR EDUCATIONAL SPORT IN BRAZIL (2003-2016):
BETWEEN SECTORALITY AND INTERSETORIALITY**

ABSTRACT: This article aims to show how public policy for brazilian educational sport was formulated within the federal government between 2003 and 2016. In order to achieve our purpose, official documents regarding the theme were analyzed, specially those related to the Second Time Program. As a conclusion, the text points out that the

¹ Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

³ Doutora em Ciências da Atividade Física e Desportiva pelo Instituto Nacional de Educação Física (INEF) da Universidade de León - Espanha; Pós-doutoranda em Educação Física na Universidade Federal do Paraná.

⁴ Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas – Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná – Pró-reitor de Planejamento da Universidade Estadual do Paraná.

main actions related to public policies for the Brazilian educational Sport carried out in that period began to incorporate principles of intersectorality as a management model.

KEYWORDS: Public Policy. Sports. Intersectoral Collaboration.

Considerações Iniciais

Bresser-Pereira (2014) aponta que em 2002, o Brasil elegeu Luiz Inácio Lula da Silva, um presidente oriundo das forças políticas populares que se opuseram ao regime militar e que desde os governos de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, se colocou no campo da oposição política. Avritzer (2016) e Souza (2015; 2016; 2017), lembram que com a eleição de Lula à presidência, seu governo buscou colocar em outro patamar o processo de construção de políticas públicas para o atendimento dos direitos sociais.

Nesse sentido, Guimarães (2004) pontua alguns meandros que perpassaram a eleição de Lula. Os valores da ordem estatal, até então cristalizados nas instituições, leis e procedimentos administrativos, foram fortemente questionados e novos compromissos do Estado surgiram na agenda política. Nessa nova organização do Estado brasileiro, a resposta do governo Lula à esfera esportiva, conforme salienta Starepravo (2011) foi criar, imediatamente após a sua posse, um ministério que cuidasse especificamente do desenvolvimento do esporte. Em 2003, instituiu-se o Ministério do Esporte, criando um espaço técnico, político e burocrático específico para tratar o esporte brasileiro. Segundo apontam Silva; Borges e Amaral (2015), tal estrutura foi mantida pela herdeira política de Lula, a presidente Dilma Rousseff eleita em 2010 e reeleita em 2014.

A estruturação do ministério também expunha certa intencionalidade do governo em colocar o esporte na agenda política do país, haja vista que a criação da estrutura administrativa se deu por meio de suas manifestações presentes no texto constitucional:

Rendimento, Educacional e Participação (STAREPRAVO, 2011)⁵. Contudo, apesar do reconhecimento do esporte como um direito social ter sido uma conquista, ele não se materializou plenamente nas políticas do país, conforme indicam Athayde; Mascarenhas e Salvador (2015, p.5), na seguinte passagem:

A transição política de 2003 criou a expectativa nos setores progressistas da Educação Física de que os rumos da política esportiva e de lazer fossem modificados. A chegada de um partido vinculado à classe trabalhadora e a criação, na estrutura organizativa governamental brasileira, de um órgão responsável pela elaboração e gestão das políticas sociais públicas esportivas, o Ministério do Esporte (ME), anunciavam um cenário favorável ao tratamento do esporte e lazer como direito. Essa perspectiva estava presente no primeiro Plano Plurianual (2004-2007), produzido pelo governo eleito em 2002.

Athayde; Mascarenhas e Salvador (2015) indicam ainda que a ausência de priorização na alocação dos recursos para o esporte educacional e para o atendimento da área social vinculada ao esporte demonstrou uma forte contradição interna em relação às proposições iniciais do Ministério do Esporte. Ao considerar as premissas enfatizadas até aqui, o presente ensaio busca responder a seguinte indagação: Como se formulou a política pública setorial e intersetorial para o esporte educacional no Brasil, no período compreendido entre os anos 2003-2016?

Nesse sentido, pretendeu-se no presente ensaio evidenciar os contornos que o esporte educacional adquiriu na agenda política iniciada em 2003, nesta pesquisa delimitada ao ciclo político que inclui, conforme lembra Avritzer (2016) e Souza

⁵ Tubino (1996), salienta que o esporte educacional é direcionado a alunos matriculados em instituições de ensino, apresentando caráter formativo e/ou de lazer. O autor lembra que o esporte de participação tem como característica uma participação de forma voluntária de seus indivíduos e a busca pela qualidade de vida e saúde. Por fim, o esporte de rendimento tem como intento alcançar resultados, integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações. Sua prática deve seguir regras nacionais e internacionais.

(2016), os dois mandatos do presidente Lula e os governos de sua sucessora Dilma Rousseff cujo *impeachment* se materializou em abril de 2016.

Para a construção das reflexões, adotou-se a modalidade de ensaio. Mendes (2012) salienta que a escrita ensaística busca criar interpretações livres e sem um desenho metodológico mais delineado. Essa forma significa “experiência”, “tentativa”, designando um espécime literário de contorno indefinível. Nesse sentido, para construir os argumentos aqui apresentado foram consultados diversos autores que debruçaram seus esforços em estudos sobre o tema.

A Política Pública Setorial para o Esporte Educacional no Brasil

Torna-se importante reiterar, conforme lembram Starepravo (2011), Athayde; Mascarenhas e Salvador (2015), Godoy *et al.* (2015) e Silva; Borges e Amaral (2015), que o Governo Lula foi responsável pela criação de uma pasta ministerial específica para a condução da política pública setorial esportiva e pela organização das Conferências Nacionais de Esporte, as quais, acontecimentos inéditos, naquele momento, pareciam convergir para uma mobilização social com acesso democrático às políticas públicas e fortalecimento da democracia participativa.

Foi possível observar que, a partir de 2003, conforme apontam Avritzer (2016) e Souza (2015; 2016; 2017), o governo brasileiro adotou políticas redistributivas como estratégia para ampliar a participação popular na formulação de políticas públicas de todas as áreas, e no campo do esporte, como indicam Starepravo (2011) e Godoy *et al.* (2015), não foi diferente. Foram realizadas as Conferências Nacionais de Esporte

(CNEs) e Fóruns Setoriais⁶. Documentos e pronunciamentos oficiais evidenciavam que as decisões tomadas nesses encontros serviriam e deveriam servir para a orientação das ações do ministério (STAREPRAVO, 2011; GODOY, *et al.* 2015; SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Godoy *et al.* (2015) indicam que nesses primeiros momentos as questões relacionadas ao esporte foram discutidas de forma mais ampliada, principalmente nas denominadas Conferências Nacionais. A primeira conferência, ocorrida no ano de 2004, intitulou-se “Esporte, Lazer e Desenvolvimento humano” e acabou por evidenciar a questão da inclusão social e a necessidade da elaboração de uma Política Nacional de Esporte (PNE).

Em relação à segunda conferência nacional, ocorrida no ano de 2007, e que teve com o título “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, o objetivo foi o de apresentar estratégias para consolidar uma Política Nacional de Esporte e criar com isso um sistema nacional que assegurassem a oferta e acessibilidade às políticas públicas de esporte em todos os âmbitos da federação (GODOY, *et al.* 2015). Além disso, as deliberações das conferências apontavam para a definição dos papéis, amplitude, interferência e controle das entidades dirigentes do esporte, que não eram excludentes entre si, mas necessitavam de uma articulação, uma estrutura democrática e descentralizada, envolvendo municípios, estados, Distrito Federal e União, setor público e privado, oportunizando, em certa medida, a participação da sociedade⁷.

⁶ Avritzer (2016) salienta que a partir de 2003, surgiram as denominadas conferências nacionais. O autor indica que ocorreram mais 101 conferências nacionais, com mais de seis milhões de participantes. Entre elas estão as três Conferências Nacionais de Esporte.

⁷ Mais detalhes sobre a temática da formulação de um Sistema Nacional de Esporte no Brasil consultar Godoy *et al.* (2015).

Godoy *et al.* (2015) ainda apontam que em 2010, o ministério promoveu a terceira conferência, propondo elaborar e planejar o esporte e o lazer para o decênio seguinte. A temática central foi o “Plano Decenal do Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” e não resgatou aqueles que eram os eixos centrais das duas conferências anteriores. Os elementos que tinham centralidade nas edições anteriores acabaram se misturando a outros temas numa significativa perda de importância dos pontos decididos anteriormente. Essa mudança de estratégia ocorrida por ocasião da terceira conferência pode ter sido uma das consequências enfrentadas na dinâmica dos acontecimentos envolvendo a realização dos grandes eventos esportivos no Brasil. Desta forma, conforme aponta Godoy *et al.* (2015) houve uma reorientação das políticas públicas em direção aos megaeventos, tornando-se desta forma a prioridade quase absoluta do governo federal.

No que se refere a Política Nacional de Esporte, Godoy *et al.* (2015) trouxe explicitados objetivos, princípios e ações estratégicas para a efetivação de políticas públicas e tinha como pontos fundamentais a democratização do esporte e a formulação de uma rede de cooperação entre governo e sociedade, objetivando a diversificação do financiamento do esporte em todas as suas dimensões. A PNE foi aprovada em 14 de junho de 2005, pela Resolução n.º 05 do Conselho Nacional do Esporte e reafirmou o princípio constitucional que estabelecia o esporte como elemento que deveria ser fomentada pelo Estado, pois se tratava de um direito de todo cidadão brasileiro.

Starepravo (2011) coloca que a PNE enfatizava que o aumento da oferta de atividades e espaços para prática esportiva poderia contribuir para que se criem igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, segundo aponta o autor, foram instituídos um Plano Nacional de Esporte, a antiga Secretaria Nacional de Esporte

Educacional (SNEE)⁸ e sua principal ação o Programa Segundo Tempo (PST), que era um projeto voltado para a inclusão social e com a proposta de “[...] democratizar o acesso à prática e a cultura do esporte de forma a prover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria de qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2003, p.5).

O Programa Segundo Tempo: Primeiras Tentativas de Ampliar o Acesso de Jovens ao Esporte

Com esse entendimento de que o Estado deveria garantir o acesso ao esporte, criou-se pela Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003, o Programa Segundo Tempo. Segundo indica Matias (2013), os documentos oficiais que instituíram o PST são: Plano Nacional do Esporte (2005); Diretrizes do Programa Segundo Tempo; a Portaria nº 32, de 17 de março de 2005; a Portaria nº 200, de 13 de dezembro de 2007; e a Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008. A Portaria nº 32, de 17 de março de 2005, diz que o PST:

⁸ A organização interna do Ministério do Esporte encontra-se atualmente dividida em secretarias específicas, que compreendem o esporte em três dimensões: rendimento, que faz parte da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); educacional e de lazer, ambos alocados na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS); além de uma pasta destinada ao Futebol e a Defesa dos Direitos do Torcedor e outra para a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Contudo, cabe ainda destacar, conforme indicam Figuerôa; Moraes e Silva e Mezzadri (2014), que a vinda dos megaeventos para o Brasil proporcionou diversas mudanças no cenário burocrático. O esporte como um todo recebeu atenção especial, algumas leis foram formuladas e/ou reformuladas e criaram-se novos órgãos, programas e projetos para o esporte. Com a criação da SNEELIS, extinguiu-se uma secretaria específica do esporte de lazer (SNDEL) e outra destinada ao esporte educacional (SNEE). Teve-se, aqui, um exemplo das disputas presentes na esfera política, que acabaram interferindo significativamente na implementação de políticas públicas de esporte no país em uma clara predominância do esporte de rendimento.

[...] tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, como instrumento educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida; considerando que o Programa Segundo Tempo, além de estimular a formação integral dos beneficiados, por meio de projetos relacionados à prática esportiva, contribui para a aptidão física, bem-estar mental, interação, inclusão social e exercício da cidadania (BRASIL, 2005, s.p.).

Athayde (2009), Oliveira e Perim (2009), Sousa *et al.* (2010), Engelman e Oliveira (2012), Starepravo *et al.* (2012), Matias (2013) e Grandó e Madrid (2017), lembram que os princípios norteadores do PST se basearam na reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; no esporte como direito de cada um e dever do Estado; na universalização e inclusão social do esporte educacional; e na democratização da gestão e da participação. Engelman e Oliveira (2012) salientam ainda que para implementar e consolidar o programa o Ministério do Esporte formulou Diretrizes, Manuais, Fundamentos Pedagógicos e instrumentos de avaliação e controle para orientar e acompanhar o desenvolvimento desse projeto. Athayde (2009) e Sousa *et al.* (2010), lembram que a elaboração destes materiais ocorreu devido as fragilidades pedagógicas apresentadas pelo programa em seus primeiros momentos.

Entretanto, nota-se, segundo aponta Matias (2013), que esses instrumentos de orientação podiam comprometer a execução prática da proposta, visto que possuíam padrões e referenciais estabelecidos. Elementos que, segundo posição defendida pelo autor, atrapalhavam o desenvolvimento do programa, pois se essa rigidez buscava garantir um mínimo de qualidade no atendimento, por outro lado, poderia “[...] comprometer a possibilidade anunciada nas diretrizes de adequação do programa às distintas realidades regionais do país, engessando o funcionamento dos núcleos e

comprometendo a relação entre as esferas governamentais no âmbito do PST”
(MATIAS, 2013, p.18).

Oliveira e Perim (2009) lembram que desde sua criação o programa foi desenvolvido por meio da formalização de parcerias entre as entidades públicas e do terceiro setor com o Ministério do Esporte⁹. Cada convênio do PST estabelecia em seu âmbito os Núcleos de Esporte Educacional (NED). Oliveira e Perim (2009), ainda destacam que além do PST- Padrão, foram criados programas que atendiam grupos especiais em ações como o PST- Projeto Navegar e o PST que atendia populações indígenas e quilombolas.

Sousa *et al.* (2010), Engelman e Oliveira (2012) e Starepravo *et al.* (2012), por sua vez, salientam que um núcleo não se referia somente ao espaço físico no qual eram desenvolvidas as atividades, mas também à sua composição, podendo funcionar em um ou mais espaços físicos, desde que estivessem sob a mesma coordenação e tivessem como referência uma sede. Nesse caso, o núcleo deveria ter uma base definida, preferencialmente a sede, ou seja, um local no qual os recursos humanos pudessem se reunir para organizar suas atividades e que fosse referência para os participantes, famílias e o Ministério do Esporte. O corpo de profissionais deveria ser composto por um coordenador-geral, um coordenador de núcleo, um professor e dois monitores para cada 100 alunos.

Engelman e Oliveira (2012) salientam que ao utilizar uma parceria firmada com Universidades Públicas, o Ministério do Esporte criou uma rede de inteligência do Programa Segundo Tempo por meio de equipes nacionalmente constituídas e

⁹ Cabe destacar que devido a um escândalo de corrupção em 2011, envolvendo o então ministro do esporte Orlando Silva, na gestão da presidente Dilma, ocorreu a extinção das parcerias com o terceiro setor (GUIMARÃES, 2017).

coordenadas por professores ligados a Instituições de Ensino Superior, denominadas Equipes Colaboradoras, cuja função era a de promover o acompanhamento pedagógico do trabalho desenvolvido nos núcleos; a assessoria aos professores dos núcleos na construção de suas propostas pedagógicas, de forma a atender às diretrizes do PST e sua organização de desenvolvimento; a avaliação *in loco*; manter um plantão permanente à distância e promover a capacitação dos recursos humanos envolvidos.

Com a intenção de incentivar a prática esportiva, o Ministério do Esporte em suas ações buscou também uma integração intersetorial¹⁰ entre uma política esportiva educacional e uma política de educação mais ampla (BONALUME, 2011). Apesar de apresentar um crescimento quantitativo ao longo dos anos, o PST não atendeu um significativo número de crianças e jovens em idade escolar, conforme apontam Matias (2013), Leclerc e Moll (2012), Starepravo, *et al.* (2012) e Grandó e Madrid (2017). Estes autores mostram que o entendimento entre os Ministérios do Esporte e o da Educação, em 2009, buscou realizar uma integração entre suas políticas. O intento era o de estabelecer condições mínimas para viabilizar a oferta do esporte na escola, unindo os esforços à perspectiva da educação de tempo integral. A materialização da proposta se deu pela inserção do PST nas escolas do Programa Mais Educação¹¹, ação que já previa o Esporte e Lazer como macrocampo.

¹⁰ Junqueira e Inojosa (1997) indicam que a intersetorialidade trata-se da integração de vários setores e da sociedade civil com o objetivo de solucionar problemas sociais. Tal integração pode ser dada por meio da comunicação, interação e compartilhamento de saberes referentes a uma meta comum. Inojosa (1998) corrobora essa ideia quando aponta que a potencialidade da ação intersetorial está na efetividade de ações realizadas de forma coordenada entre distintos setores.

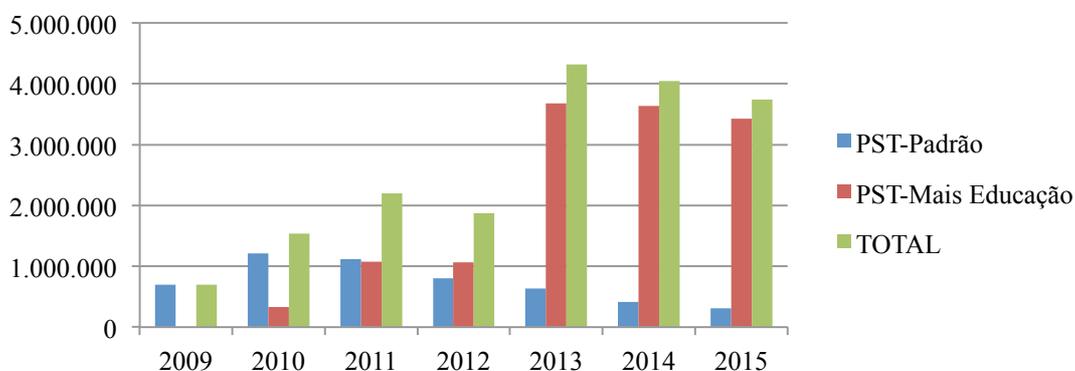
¹¹ Constitui-se como estratégia para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas que faziam adesão ao programa podiam optar por atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (LECLERC; MOLL, 2012; STAREPRAVO *et al.* 2012; GRANDÓ; MADRID, 2017).

O Programa Segundo Tempo e a Busca por uma Intersectorialidade

Grando e Madrid (2017) destacam que, desde o ano de 2010, o PST passou a realizar uma parceria como o Programa Mais Educação. As autoras lembram que com essa ramificação o Mais Educação passou a se utilizar do material esportivo e do apoio metodológico do PST, buscando ampliar ainda mais o desenvolvimento do esporte educacional, agora, também relacionado ao contexto escolar. Inserir-se neste contexto permitiu ao PST ampliar as possibilidades de oferta de práticas corporais a serem desenvolvidas. Afinal, o denominado PST-Padrão, aquele organizado somente pelo Ministério do Esporte, centrou-se prioritariamente na prática esportiva e, como demonstram Grando e Madrid (2017), o objetivo do PST-Mais Educação era o de desenvolver as múltiplas vivências esportivas, sem esquecer-se da realidade e o contexto geral da escola, visando, conforme apontam as autoras, à formação integral das crianças e jovens.

Pode-se observar no Gráfico 1 que houve alterações significativas quanto à diminuição do número de beneficiados no PST-Padrão, executado prioritariamente pelo Ministério do Esporte, em relação ao número de crianças e adolescentes atendidos pelo PST-Mais Educação.

Gráfico 1: Quantidade de beneficiados pelo PST de 2009 a 2016 em milhões



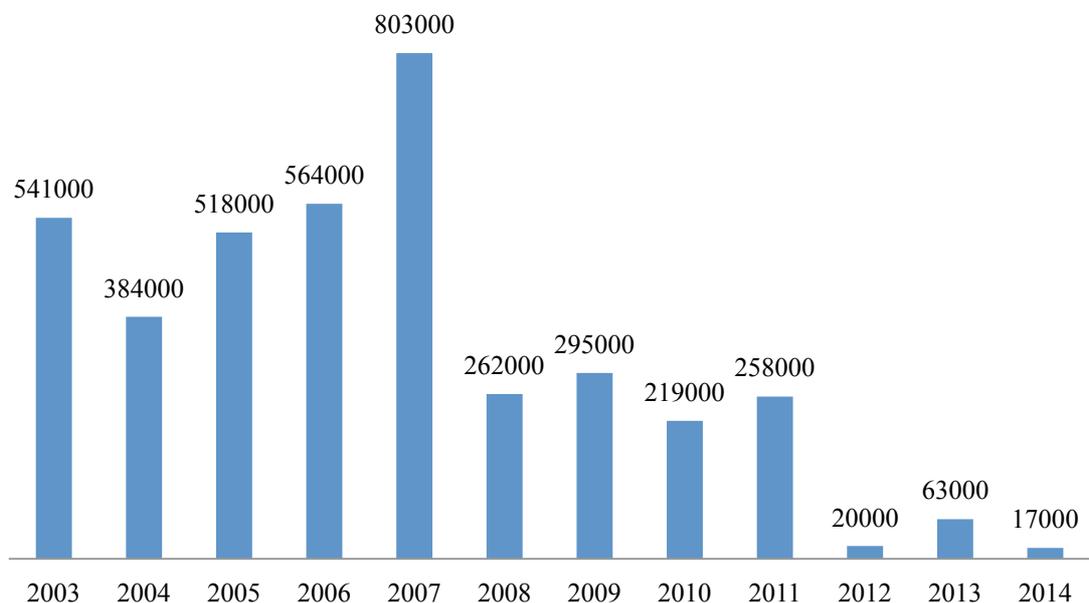
Fonte: CGU, 2016¹². Gráfico elaborado pelos autores.

Como pode ser visto, o PST foi sendo ampliado gradativamente ao associar-se ao Mais Educação, uma vez que os primeiros editais priorizavam somente escolas localizadas na região metropolitana das capitais brasileiras com alto grau de vulnerabilidade social. Em momento posterior ampliou-se o programa para outros municípios e, desse modo, o mesmo foi também se interiorizando por todo o país. No período compreendido entre 2003 e 2015, foram implantados 22.817 núcleos (CGU, 2016). Tais números evidenciam que o programa deixava cada vez mais de uma ação setorial e passa a se consolidar como um projeto intersetorial. Outro motivo dessa busca pela aproximação intersetorial com o Ministério da Educação ocorreu pelas denúncias de malversação dos recursos públicos que o PST sofreu no ano de 2011 (GUIMARÃES, 2017).

No Gráfico 2 pode-se observar que houve oscilações significativas no número de jovens participantes do PST, mesmo antes da parceria com o Ministério da Educação:

¹² Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=447497&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>. Acesso em dez. 2016.

Gráfico 2: Número de Jovens ativos no PST 2003-2014.



Fonte: Sistema de Acesso a Informação/Ministério do Esporte.

Os dados evidenciados demonstram que, nos anos seguintes a parceria entre o PST e o Mais Educação, ocorreu uma diminuição significativa na quantidade de beneficiários atendidos pelo PST-Padrão, aquele diretamente administrado pelo Ministério do Esporte. Porém, não foram encontrados documentos oficiais que apresentassem as justificativas dessas alterações e o único argumento que pode ser ensaiado como resposta foi o da crise pela qual passou o ministério e o programa PST no ano de 2011 (GUIMARÃES, 2017). Contudo, as ações buscando colaborações intersetoriais nas políticas públicas para o esporte educacional não ficaram restritas às relacionadas ao Programa Mais Educação. Outras instituições existentes na sociedade civil passaram também a objetivar a solucionar os problemas sociais através do esporte educacional.

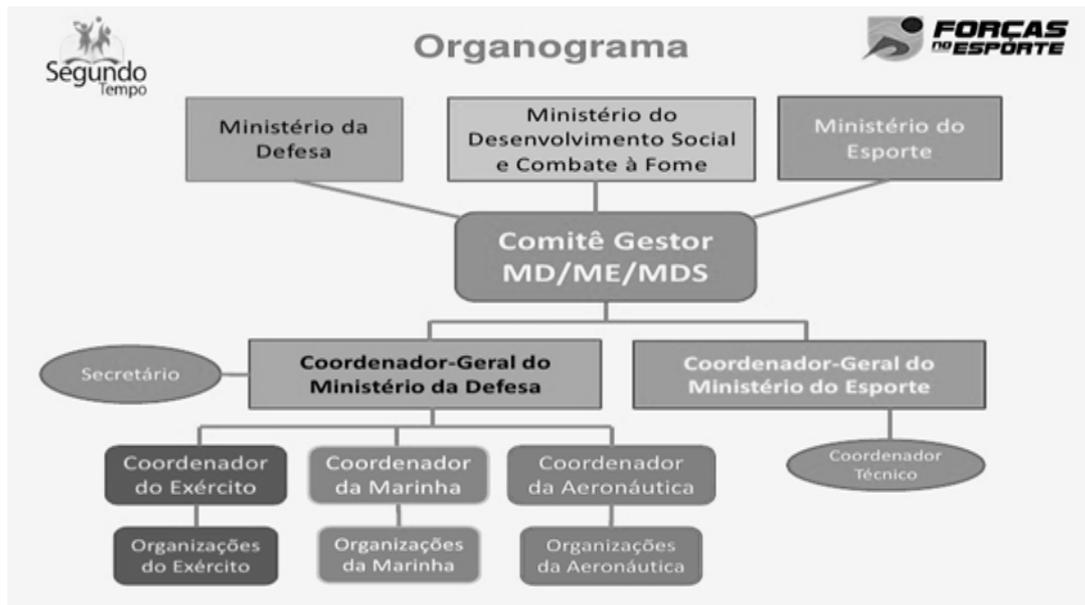
Nora *et al.* (2014) indicam que no ano de 2012, o Programa Segundo Tempo Universitário foi criado no sentido de contribuir para a consolidação de uma política

pública permanente de esporte. Os autores apontam que o PST-Universitário se inseriu num conjunto de políticas públicas que visavam proporcionar que os estudantes universitários tivessem acesso ao esporte de maneira gratuita. Entretanto, ainda existem dados insuficientes para serem analisados sobre esta vertente do PST e estudos mais sistemáticos sobre essa ação necessitam ser realizados.

Outro exemplo de ação intersetorial coordenada entre distintos setores foi a relação que o Ministério do Esporte estabeleceu com as forças armadas. Segundo demonstra Guirra (2014), através do Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica, e em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi que o PST criou outra frente de ação. O PROFESP, segundo aponta o autor, tinha características específicas, como a oferta de aulas de cidadania, música e navegação para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente àqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e que residiam em áreas próximas as unidades e quartéis do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Segundo dados encontrados no *site* do Ministério da Defesa (2016), nos núcleos eram distribuídas algumas refeições por dia: café e almoço para crianças e jovens que frequentam o programa pela manhã, e almoço e lanche para quem participa no período da tarde. Além disso, as Forças Armadas ofereciam serviço médico, odontológico e de assistência social. A estrutura apresentada na Figura 1 expõe a forma organizacional das unidades militares no que dizia respeito à gestão do PROFESP.

Figura 1: Organograma funcionamento do Programa Forças no Esporte.



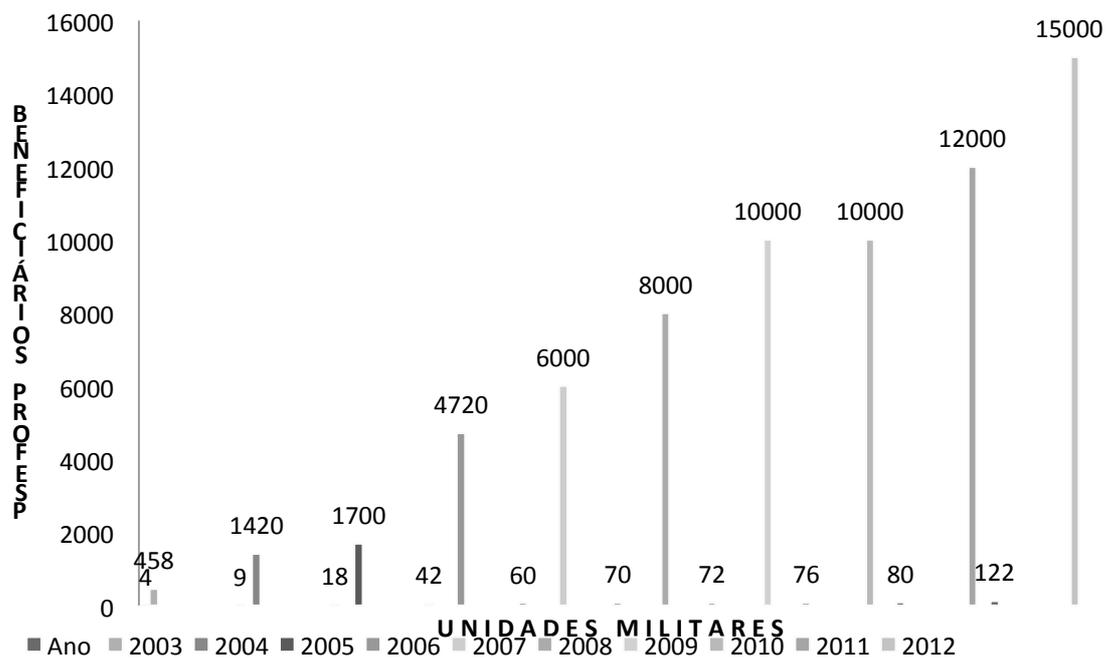
Fonte: Ministério da Defesa (2016).

O programa foi incluído no Plano de Gestão Estratégica do Ministério da Defesa e recebeu, entre 2003 e 2013, do Ministério do Esporte, cerca de R\$ 22,3 milhões em materiais esportivos (bolas, redes, jogos), uniformes e instrumentos de avaliação (balanças, cronômetros, fitas métricas). Somente em infraestrutura, ou seja, reformas, obras de instalações e adequações esportivas, foram disponibilizados em 2014 aproximadamente R\$ 18,4 milhões. Para 2015, foram assegurados pela pasta recursos na ordem de R\$ 15 milhões, que seriam destinados ao pagamento de professores, infraestrutura, material esportivo e capacitação profissional.

O Ministério da Defesa nas suas unidades militares distribuídas por todo o Brasil tinha uma infraestrutura adequada para atender milhares de crianças, facilitando dessa forma o acesso a ações voltadas ao desenvolvimento da iniciação ao esporte. O fato dessas instalações já estarem construídas diminuíram o investimento, necessitando apenas de financiamento público para a melhoria e manutenção de equipamentos e áreas esportivas.

O programa Forças no Esporte se propôs a beneficiar mais de 20 mil crianças e jovens de todo o país, oferecendo aulas de vôlei, futebol e natação, além de atividades culturais e de reforço escolar. Como apresentado no Gráfico 3, em 2012, 15 mil alunos foram atendidos pelo programa em 122 unidades militares espalhadas por todo o país.

Gráfico 3: Unidades Militares com o PROFESP e beneficiários - 2003 a 2012.



Fonte: Ministério da Defesa (2016).

Os resultados obtidos e apresentados pelo Ministério da Defesa incluíram também a redução da evasão escolar; o incremento do rendimento escolar; a diminuição da violência familiar e junto à sociedade; a melhoria da saúde; o aumento da consciência ambiental; o maior interesse pela prática esportiva; a ampliação da integração social; e o reconhecimento ao apoio do Governo e das Forças Armadas na formação da população brasileira.

Estas foram as principais ações encontradas relativas às políticas públicas para o esporte educacional, realizadas pelo governo federal no período compreendido entre os

anos de 2003 a 2016. Nesse sentido, concorda-se com Bonalume (2011) e Ribeiro, Amaral e Silva. (2014), quando os autores alegam que as experiências de políticas públicas para o esporte no Brasil apresentam articulações intersetoriais incipientes e que a intersetorialidade está presente nos discursos dos gestores e nos documentos públicos oficiais, mas que na prática a fragmentação das ações ainda é preponderante entre as políticas públicas para essa área. Contudo, explorar melhor a intersetorialidade nas políticas públicas para o esporte educacional deve ser eixo de pesquisas mais detalhadas a serem realizadas futuramente.

Considerações Finais

Ao longo do presente artigo pode-se observar que durante as gestões dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, se ampliaram gradativamente as iniciativas do poder público no sentido de desenvolver programas, projetos e ações cujo objetivo central fosse garantir o acesso ao esporte. Como visto, as ações do setor público na área esportiva trouxeram o esporte de alguma forma para a agenda governamental como uma atividade complementar das políticas educacionais, de saúde e de assistência à população carente, infância e juventude (STAREPRAVO, 2011; GODOY *et al.* 2015; GRANDO; MADRID, 2017; GUIMARÃES, 2017). Chama a atenção, também, o grande potencial da relação do esporte com outras áreas, pois foi constatado que gradativamente houve a inclusão do esporte educacional nos programas estruturantes da educação, saúde, cultura, desenvolvimento social, segurança, direitos humanos, entre outras áreas, que procuraram atuar diretamente no enfrentamento de problemas e/ou questões sociais mais complexas.

Os modelos de gestão das políticas de combate às desigualdades sociais foram alterados substancialmente nos últimos anos no Brasil (SOUZA, 2015; 2016; 2017). Um dos maiores desafios dessas políticas estava associado à questão da intersetorialidade, isto é, à necessidade de os diferentes setores atuarem de forma integrada e inclusiva na implementação dessas políticas, compartilhando recursos, metas e desenvolvendo estratégias conjuntamente a partir das experiências já vivenciadas (BONALUME, 2011). O modelo anteriormente operante, o setorial, não previa essa dinâmica de relações. Pelo contrário, conferia aos setores atividades circunscritas à especialização profissional de cada área de atuação.

A integração entre os setores na formulação de uma política pública pode não ser uma tarefa fácil e consensual, pelo contrário, pode ser por vezes paradoxal, apontando caminhos sinuosos rumo à ação intersetorial. Portanto, é com base na emergência e frequência das políticas públicas que o esporte educacional, como mostrado pelo PST, passou a incorporar princípios da intersetorialidade como modelo de gestão institucionalizado.

De difícil operacionalização, o princípio intersetorial deve merecer atenção especial dos projetos que visam à promoção do acesso ao esporte, até porque a própria lógica de financiamento dos projetos sociais (predominantemente setorial ou – ainda pior – restrita a programas específicos de determinados setores) tende a dificultar (quando não inviabilizar) sua operacionalização. Afinal, as instituições e indivíduos envolvidos eram muito diversos e muitas vezes apresentam interesses antagônicos.

Casos como o do PST e suas variantes como o PST-Mais Educação, PST-Forças do Esporte e PST-Universitário levam a questionar se os obstáculos envolvidos remetem à possibilidade de alcance do princípio a um segundo momento do projeto,

quando já encontra alguma sustentação em determinada área e consegue sensibilizar e articular outros setores, permitindo ampliar a extensão da iniciativa. Ao reconhecer a herança histórica do setor esportivo, assim como a desigual disputa de poder entre o esporte de rendimento e o educacional, e ainda a necessidade de responder às expectativas da sociedade por resultados e conquista de medalhas, pode-se colocar o momento atual como possibilidade para o setor esportivo avançar. Contudo, é possível defender que, pelo fato de se debruçar sobre a situação do acesso a vertente educacional, a esfera esportiva teria um potencial dentro do poder público para indicar ações fundamentais ao desenvolvimento de crianças e jovens, ainda que a sua execução coubesse a setores afins, como educação, assistência social, forças armadas, cultura, entre outros.

O esporte educacional é uma importante área de desenvolvimento humano e deve estar incorporado ao projeto de uma nação que prevê o desenvolvimento integral de seus indivíduos, permitindo-lhes um entendimento, não só do que o esporte representa para a sociedade como fenômeno social, mas também do quanto sua prática contribui para o desenvolvimento da sociedade. Inúmeras outras razões contribuem para a não efetivação da política pública de esporte, como, por exemplo, a ausência de meios legais para controle populacional nas ações nesse âmbito; a carência de espaços para debates na busca do dimensionamento das problemáticas e estabelecimento de possíveis soluções para o esporte; a ausência de metas e prazos; a indefinição de procedimentos e instrumentos de controle quanto ao uso do financiamento; a ausência de formação administrativa dos dirigentes responsáveis pelo esporte; a baixa clareza quanto aos princípios políticos e pedagógicos que norteiam as ações do esporte inclusivo; a pouca existência, ou até mesmo ausência, da vertente educacional nas peças orçamentárias; e a

inexistência de debate político acerca do esporte no Congresso Nacional, assim como nas demais instituições decisórias.

Notadamente, as discussões no âmbito federal em relação à importância do papel do esporte educacional parecem ser ainda bastante embrionárias e necessitam de tempo para que se tornem consistentes e se configurem como tal nas esferas estaduais e municipais. Como exemplo dessa fragilidade, identifica-se a falta de clareza ainda presente nas propostas aprovadas na II CNE quanto ao papel atribuído num sistema nacional a cada uma das esferas governamentais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas voltadas para o esporte em todas as suas dimensões constitucionais.

Nesse sentido, a intersetorialidade está além da mera parceria, isto é, envolve a articulação entre os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), entre os setores de uma mesma instância, bem como a articulação com o setor privado e a sociedade civil, no processo de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. O modelo de articulação política que pode servir como suporte para o desenvolvimento das ações políticas pressupõe um processo de formulação de políticas públicas intersetoriais que envolvam a discussão para identificação dos diversos agentes e diferentes interesses que permeiam a luta pela inclusão de determinada questão na agenda pública.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. A. A. **Programa Segundo Tempo**: conceitos, gestão e efeitos. 2009. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Nacional de Brasília. Brasília, 2009.

_____,; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.37, nº, p.2-10, 2015.

AVRITEZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Programa Segundo Tempo. 2003.

_____. **Programa Segundo Tempo – Diretrizes 2005**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2014.

BONALUME, C. R. O Paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.1-26, 2011.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPrincipal2.asp>. Acesso em: jul. 2016.

ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão Pública em Rede: o caso do programa segundo tempo–Ministério dos Esportes. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. Rio 2016 e os Legados de Esporte de Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 99-133, 2014.

GODOY, L. *et al.* Contradicciones entre la agenda política brasileña y el sistema nacional de deporte y ocio. **Revista Universitaria de la Educación Física y el Deporte**, Montevideo, v. 8, n. 8, p.59-67, 2015.

GRANDO, D.; MADRID, S. C. O. Programa Segundo Tempo, Programa Mais Educação e o incentivo ao esporte: um legado para as políticas públicas de esporte e lazer em tempos de megaeventos esportivos. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15 n.2, p.37-48, 2017.

GUIMARÃES, J. **A esperança equilibrista**: o governo Lula em tempos de transição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GUIMARÃES, A. A. **Políticas Públicas no âmbito do Ministério do Esporte e os planos plurianuais dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff**: com o orçamento quem ganha o quê, quando e como? 2017. 204f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017.

GUIRA, F. J. S. **Os V Jogos Mundiais militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional**. 2014. 231f. Tese (Doutorado) – Programa de

Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

INOJOSA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr. 1998.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersectorialidade**: a cidade solidária. São Paulo: Fundap, 1997.

LECLERC, G. F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 91-110, 2012.

MATIAS W. B. “A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo”. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p. 1-23, 2013.

MENDES, C. M. M. O ensaísmo na historiografia brasileira. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 91-100, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Programa Forças no Esporte**, 2016. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte>. Acesso em: ago. 2016.

NORA, D. D. *et al.* Programa Segundo Tempo: determinantes da participação dos universitários da UFSM em atividades de esporte e lazer. **EFDesportes**, Buenos Aires, v. 19, n. 195, 2014.

OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F.; SILVA, D. S. Fragmentação e intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 99-114, 2014.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

SOUSA, E. S. *et al.* **Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo, do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: LeYa, 2016.

_____. **A elite do atraso**: da escravidão a lava jato. São Paulo: LeYa, 2017.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

_____. *et al.* As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 39, p. 129-141, 2012.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

Endereço dos Autores:

Palmira Sevegnani
Departamento de Educação Física
Universidade Federal do Paraná
Rua Coração de Maria, 92 - Campus Jardim Botânico
Curitiba – PR – 80.210-132
Endereço Eletrônico: palmira809@gmail.com

Marcelo Moraes e Silva
Departamento de Educação Física
Universidade Federal do Paraná
Rua Coração de Maria, 92 - Campus Jardim Botânico
Curitiba – PR – 80.210-132
Endereço Eletrônico: moraes_marc@yahoo.com.br

Katuscia Melo Figuerôa
Departamento de Educação Física
Universidade Federal do Paraná
Rua Coração de Maria, 92 - Campus Jardim Botânico
Curitiba – PR – 80.210-132
Endereço Eletrônico: ktmello@gmail.com

Fernando Marinho Mezzadri
Departamento de Educação Física
Universidade Federal do Paraná
Rua Coração de Maria, 92 - Campus Jardim Botânico
Curitiba – PR – 80.210-132
Endereço Eletrônico: fmezzadri@uol.com.br